

Ficção científica ajuda a regular IA

É preciso manter o controle sobre robôs e a IA, para garantir que a verdade e os direitos humanos possam prevalecer no futuro, em vez de se tornarem ficção científica

Por Véra Jourová

Valor, 19/12/2023

Pouco antes do início da reunião de cúpula internacional de inteligência artificial (IA) em novembro, em Bletchley Park, fui a um pub por perto pegar algo para comer rápido. Um homem sentou-se na minha frente com um livro de brochura todo amassado. Na capa estava Isaac Asimov, um dos escritores mais famosos da ficção científica. Certamente, isso não foi por acaso. Asimov esteve à frente de seu tempo quando, em meados do século XX, previu o papel poderoso que a IA teria em nossas vidas. Em seus livros, ele imaginou uma série de leis que garantiriam que os robôs não machucassem ou prejudicassem os humanos, mas os obedecessem.

Esse homem com seu livro me fez lembrar da importância de que nós, políticos, assegurássemos um resultado semelhante, enquanto me dirigia à reunião para debater o futuro de uma IA segura. Durante minhas viagens ao longo do quarto trimestre a Londres, Tóquio, Washington, Pequim e, claro, Bruxelas, fiquei a refletir sobre o fato de que estávamos escrevendo o primeiro livro de regras do mundo para regulamentar processos computacionais muito mais rápidos e poderosos do que os humanos.

A realidade rapidamente superou a ficção científica. Em Pequim, com políticos chineses, discuti o modelo de lei deles. Não difere tanto do nosso em relação ao lado técnico, mas, sim, em como poderia contribuir para o controle estatal sobre a sociedade. Deputados dos Estados Unidos, que antes tinham uma abordagem pouco regulamentada, destacaram o decreto executivo de IA emitido pelo governo Biden no fim de outubro. E, mais perto de casa, em nome da União Europeia, encabecei as negociações no G7. Nelas, conseguimos chegar a uma lei pré-vinculante em nível mundial - um código voluntário para desenvolvedores de IA que incorpora responsabilização em questões de segurança e compartilhamento de informações.

A Europa também respondeu rápido à demanda por uma IA segura. O arcabouço proposto em 2021 ganhou velocidade à medida que se tornou evidente a necessidade premente de tornar a tecnologia segura e benéfica. O chamado triálogo - o "grand finale" entre a Presidência

espanhola do Conselho da UE, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia - durou 36 horas neste mês, mas acabou sendo concluído com um compromisso histórico.

As necessidades individuais guiaram cada parágrafo. A lei garante segurança e proteção dos direitos humanos básicos diante de sistemas superinteligentes, que poderiam, a longo prazo, ser melhores pensadores do que nós. Criamos várias categorias de risco para a IA - as de baixo risco incluem jogos eletrônicos e algoritmos para organizar nossos e-mails (algo que, tenho certeza, nos beneficiaria a todos). As de alto risco terão que cumprir requisitos mais rigorosos, seja ao rodar em dispositivos médicos ou ao influenciar o comportamento dos eleitores nas urnas.

A lista dos tópicos inaceitáveis inclui aquilo que ameaça nossos direitos humanos fundamentais. Isso pode incluir sistemas de ordenação biométrica com base em religião ou raça, reconhecimento de emoções no local de trabalho ou a extração indiscriminada de rostos por câmeras em locais públicos (serão feitas exceções para questões de segurança nacional).

O conteúdo criado por IA precisa ter rótulos identificando-o como tal, para que o pensamento e a criatividade humanas possam ter algo parecido a um “direito autoral humano”. Já estamos aprendendo como a tecnologia pode mudar nossas percepções da realidade e da verdade

Por outro lado, também temos consciência do potencial das recompensas de uma IA segura e realmente queremos fazer da UE um grande centro para isso. É por isso que decidimos tornar nossos supercomputadores disponíveis para startups e pequenas e médias empresas europeias de IA. Também investiremos mais de € 1 bilhão por ano em pesquisa de IA com os programas de financiamento Horizon Europe e Digital Europe.

Nosso acordo político ainda precisa ser confirmado pelos países membros e pelo Parlamento Europeu. A lei entrará em vigor em fases, passando a valer integralmente em 2026, de acordo com prazo ainda provisório. Enquanto isso, a IA continuará transformando todas as nossas vidas. Confiaremos a ela muitas atividades nas quais poderia substituir os humanos, mas não aquelas em que ela poderia interferir em nossos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão ou a proteção da propriedade intelectual.

Desde o início, acredito que o conteúdo criado por IA precisa ter rótulos identificando-o como tal, para que o pensamento e a criatividade humanas possam ter algo semelhante a um “direito autoral humano”. Já estamos aprendendo como a tecnologia pode mudar nossas percepções da realidade e da verdade. A IA trabalha com os dados que tem à disposição. Ela não sabe o que é verdadeiro. E, em um mundo onde “deepfakes” podem surgir do nada, estamos sempre correndo o risco de perder a noção da realidade.

Era nisso que eu estava pensando quando o inglês do outro lado da mesa me lembrou das leis de Asimov. Combinadas com outras medidas, agora elas foram transformadas na primeira norma legal europeia, que pode muito bem se tornar a base para todas as regulamentações

semelhantes pelo resto do mundo. Precisamos manter o controle sobre robôs e a IA, para garantir que a verdade e os direitos humanos possam prevalecer no futuro, em vez de se tornarem ficção científica. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Véra Jourová é vice-presidente da Comissão Europeia encarregada de Valores e Transparência.